

CONHECIMENTOS DE GESTANTES ACERCA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR ASSOCIADO AOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS NO MUNICÍPIO DE CACOAL/RO

Evelyn Santana Moutinho¹

Gabriel Soares da Silva²

Karina de Castro Lima Rossow³

Helizandra Simoneti Bianchini Romanholo⁴

RESUMO

O planejamento familiar é definido como o direito da autonomia de escolher se reproduzir ou não e a liberdade de escolha de quando e quantas vezes desejar gerar, esse planejamento deve ser acompanhado por profissionais da Atenção Primária à Saúde (APS), fornecendo uma assistência especializada e individualizada, dessa modo, o presente artigo trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de campo, com abordagem descritiva e transversal com objetivo de descrever o conhecimento das gestantes do município de Cacoal/RO acerca do planejamento familiar associado aos métodos contraceptivos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto foi aprovado junto ao CEP sob CAAE: 80007124.0.0000.5298. A amostra foi composta por 18 gestantes que estavam realizando o pré-natal no município. A coleta dos dados ocorreu após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), onde foi aplicado um questionário com 19 perguntas. Observou-se uma média de idade de 26,5 anos; das 18 gestantes, 10 (56%) conheciam o que é o planejamento familiar e reprodutivo e 8 (44%) disseram não saber; sobre a oferta dos métodos contraceptivos pelo SUS, 10 (56%) sabiam da distribuição dos anticoncepcionais orais, 6 (33%) sabiam da oferta dos anticoncepcionais injetáveis, 15 (83%) sabiam da distribuição dos preservativos, 13 (72%) sabiam sobre DIU e ligadura tubária, 2 (11%) sabiam sobre o implanon e 8 (44%) sabiam sobre a pílula do dia seguinte. Conclui-se que este estudo mostrou que grande parte das mulheres conhecem os meios do planejamento familiar, porém não utilizam do serviço por não saber a importância e os benefícios que traz para a saúde materno infantil.

Palavras-chave: Planejamento familiar. Métodos contraceptivos. Gestante.

ABSTRACT

MOUTINHO, Evelyn Santana; SILVA, Gabriel Soares da; ROSSOW, Karina de Castro Lima; ROMANHOLO, Helizandra Simoneti Bianchini. **Knowledge of pregnant women about Family planning associated with contraceptive methods in the Municipality of Cacoal/RO.** Course Completion Work. Scientific Article. UNINASSAU, Cacoal/RO. 2024. 13 pag.

Family planning is defined as the right to autonomy to choose whether or not to reproduce and the freedom to choose when and how many times to have children. This planning must be monitored by Primary Health Care (PHC) professionals, who provide specialized and individualized assistance. Therefore, this article is a qualitative and quantitative field study with a descriptive and cross-sectional approach, with the aim of describing the knowledge of pregnant women in the city of Cacoal/RO about family planning associated with contraceptive methods available in the Unified Health System (SUS). The project was approved by the CEP under CAAE: 80007124.0.0000.5298. The sample consisted of 18 pregnant women who were undergoing prenatal care in the city. Data collection occurred after signing the informed consent form (ICF), where a questionnaire with 19 questions was applied. The average age of the participants was 26.5 years; Of the 18 pregnant women, 10 (56%) knew what family and reproductive planning was and 8 (44%) said they did not know; regarding the provision of contraceptive methods by the SUS, 10 (56%) knew about the distribution of oral contraceptives, 6 (33%) knew about the provision of injectable contraceptives, 15 (83%) knew about

1

¹ Discente do curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Maurício de Nassau Cacoal – UNINASSAU (2024). E-mail: 36008597@sempreunifacimed.com.br

² Discente do curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Maurício de Nassau Cacoal – UNINASSAU (2024). E-mail: 36008213@sempreunifacimed.com.br

³ Discente do curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Maurício de Nassau Cacoal – UNINASSAU (2024). E-mail: 36008033@sempreunifacimed.com.br

⁴ Orientadora docente do Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Maurício de Nassau Cacoal – UNINASSAU. Bacharel em Enfermagem pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal – FACIMED (2006). Mestre em Ciências da Saúde pelo Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE (2017). E-mail: 360100485@prof.sempreunifacimed.com.br

the distribution of condoms, 13 (72%) knew about IUD and tubal ligation, 2 (11%) knew about Implanon and 8 (44%) knew about the morning-after pill. It is concluded that this study showed that most women know about family planning methods, but do not use the service because they do not know its importance and the benefits it brings to maternal and child health.

Keywords: Family planning. Contraceptive methods. Pregnant.

INTRODUÇÃO

O planejamento familiar ou planejamento reprodutivo é definido como um direito de ter autonomia para escolher se reproduzir ou não e a liberdade de escolha de quando e quantas vezes desejar gerar. Essa escolha deve ser acompanhada por profissionais da atenção primária de saúde, fornecendo uma assistência especializada e individualizada (Brasil, 1996; Silva *et al.*, 2016).

Conforme a lei federal 9.263/96, o planejamento reprodutivo se encontra disponível para todos os cidadãos, por meio do Programa de Planejamento Familiar da Atenção Primária de Saúde (APS), essa lei impõe o fornecimento igualitário ao acesso a assistência de concepção e contracepção, pré-natal, parto e puerpério, como também o controle das infecções sexualmente transmissíveis (IST), cânceres cérvico-uterino, de mama, de próstata e de pênis (Brasil, 1996).

O planejamento familiar é um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira, desempenhando papel fundamental na saúde reprodutiva e na promoção do bem-estar das famílias. Ele envolve um conjunto de ações e métodos que possibilitam a escolha consciente sobre o momento adequado para conceber, o espaçamento entre as gestações e o número de filhos desejados, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e de suas famílias (Brasil, 1988; Brasil, 1996).

Dentro desse contexto, os métodos contraceptivos assumem um papel essencial, pois garantem que essas escolhas sejam realizadas de forma segura e eficaz, existem diversos métodos contraceptivos, que dentre os métodos reversíveis se destacam os anticoncepcionais hormonais injetáveis e pílulas combinadas, dispositivo intrauterino (DIU), preservativo masculino e feminino, dentre eles o mais comumente usados são os anticoncepcionais hormonais orais que possuem na sua composição hormônios que são naturalmente produzidos pelas mulheres e assim conseguem controlar a ovulação e dificultar o processo de fecundação (Luz, Barros e Branco, 2021). Há ainda disponíveis métodos irreversíveis como a laqueadura e a vasectomia, para isso é necessário seguir os critérios estabelecidos por lei (Brasil, 2022).

Solo e Festin (2019), complementam que o planejamento familiar associa-se aos métodos contraceptivos de maneira que a utilização dos mesmos permitem que casais tenham uma vida sexual segura e satisfatória, podendo buscar a APS a fim de realizarem o seu planejamento, desde o uso ou a interrupção do método utilizado, realização de consulta pré-concepcional, acompanhamento pré-natal, parto e o acompanhamento no puerpério com intuito de evitar uma nova gestação antes do tempo de dois anos estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Embora seja um direito assegurado por lei, o conhecimento sobre os diferentes métodos contraceptivos ainda pode ser limitado, especialmente em regiões com menor acesso ao serviço de saúde. Esse cenário pode impactar diretamente as gestantes, que muitas vezes não recebem orientações suficientes sobre planejamento familiar durante o período pré-natal. A lacuna de informações pode resultar em gestações não planejadas, aumento de riscos à saúde materna e infantil, além de comprometer a capacidade das famílias de se organizarem financeiramente e emocionalmente.

Diante dessa realidade, o estudo buscou verificar o conhecimento das gestantes do município de Cacoal/RO, acerca do conhecimento e a divulgação das consultas sobre o planejamento familiar, informações sobre os métodos contraceptivos disponíveis ofertados pelo SUS e auxílio na escolha mais adequada para pacientes em idade reprodutiva. Deste modo, a pesquisa se torna relevante e justifica-se pois, compreender como as gestantes estão sendo informadas sobre o tema e quais são as suas percepções em relação às opções de contracepção permitirá identificar lacunas e oportunidades para a promoção de intervenções mais eficazes por parte dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, na orientação e educação das gestantes e poderá auxiliar os profissionais dos serviços de saúde a criar um conjunto de estratégias individuais e coletivas voltadas para o contexto familiar, uma vez que o planejamento reprodutivo permite que as mulheres planejem suas gestações de acordo com suas condições de saúde e circunstâncias de vida, o que contribui para reduzir complicações durante a gravidez e o parto, bem como melhorar os resultados de saúde dos bebês.

Diante do exposto, o objetivo da pesquisa foi verificar o conhecimento de gestantes acerca do planejamento familiar associado aos métodos contraceptivos no município de Cacoal/RO.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza quali-quantitativa, de campo, com abordagem descritiva e transversal realizada com gestantes atendidas no Hospital Municipal Materno Infantil de Cacoal (HMMI), a qual visou avaliar o nível de conhecimento das gestantes do município de Cacoal/RO acerca do planejamento familiar e dos métodos contraceptivos disponíveis no SUS.

Após levantamento feito junto a Coordenação da Atenção Básica na Secretaria Municipal de Saúde de Cacoal identificou-se uma população de 615 gestantes cadastradas no SisPreNatal, no Município de Cacoal, sendo que a amostra do estudo foi selecionada por conveniência, composta por 18 gestantes. Para a seleção da amostra foi utilizado os seguintes critérios de inclusão e exclusão, sendo de inclusão: Mulheres com idade igual ou maior a 18 anos; Ter disponibilidade para responder o questionário; Mulheres que residem no município de Cacoal e usuárias do SUS; Estarem devidamente de acordo com o objetivo e procedimentos destes estudos, autorizando sua participação por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido; e exclusão: Mulheres não gestantes e/ou em puerpério; Não desejam participar como voluntários, sem retorno ou vantagem financeiras; Que não estejam presentes no local nos dias da realização da coleta de dados; Que responderam ao questionário de forma incompleta.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado elaborado pelos pesquisadores em formato de entrevista, contendo 19 perguntas, sendo 15 objetivas e 4 descritivas, onde as participantes foram identificadas por numeração, realizado no período vespertino no mês de julho de 2024, em gestantes atendidas no HMMI. No momento da abordagem das participantes foram sanadas todas as suas dúvidas e a entrevista só foi realizada após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ao final da coleta de dados, foi entregue um folder explicativo acerca do planejamento familiar e os métodos contraceptivos existentes e oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com intuito de realizar educação em saúde acerca do tema para as pesquisadas.

Após a coleta de dados, os dados quantitativos foram tabulados e apresentados de forma descritiva e em tabelas, sendo utilizado média, frequência relativa e absoluta, para isto foram utilizados os programas da Microsoft Word® 2010 e Microsoft Excel® 2010 e os dados qualitativos foram analisados através da análise de discurso, relacionando-os com o tema.

A pesquisa foi realizada após apreciação e aprovação pelo CEP - Comitê de Ética e Pesquisa da Instituição de Ensino de Cacoal – UNINASSAU, citado na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do CNS - Conselho Nacional de Saúde, conforme protocolo de aprovação CAAE: 80007124.0.0000.5298.

RESULTADOS

A amostra do estudo foi composta por 18 (100%) gestantes atendidas no Hospital Municipal Materno Infantil (HMMI) de Cacoal/RO, onde as gestantes apresentaram média de idade de 26,5 anos, sendo a menor de 18 anos e a maior 39 anos.

Em relação à raça, observa-se que 12 (67%) das gestantes são pardas, seguido de 3 (17%) pretas, 2 (11%) amarelas e 1 (5%) branca.

Em relação ao estado civil das gestantes foi observado que 9 (50%) eram casadas, seguido de 5 (28%) vivendo em união estável, 3 (17%) solteiras e 1 (5%) divorciada.

Em relação à escolaridade, observa-se que 9 (50%) das gestantes possuem ensino médio completo, seguido de 3 (17%) com ensino superior completo, 2 (11%) com ensino fundamental incompleto, 3 (17%) com ensino fundamental completo e 1 (5%) com ensino superior incompleto.

3

A Tabela 1 mostra o perfil sociodemográfico das gestantes em relação à idade, raça, estado civil e escolaridade.

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico das gestantes em relação à idade, raça, estado civil e escolaridade. Cacoal/RO 2024.

Idade	n	%
De 18 a 22 anos	7	39
De 23 a 27 anos	3	17
De 28 a 32 anos	5	28
De 33 a 37 anos	2	11
De 38 a 42 anos	1	5
Raça		
Parda	12	67
Preta	3	17
Amarela	2	11
Branca	1	5
Estado civil		
Casada	9	50
União estável	5	28
Solteira	3	17
Divorciada	1	5
Escolaridade		
Fundamental incompleto	2	11
Fundamental completo	3	17
Médio completo	9	50
Superior incompleto	1	5
Superior completo	3	17

Fonte: Moutinho, Silva, Rossow e Romanholo (2024).

A Tabela 2 expõe a Unidade Básica de Saúde de origem das gestantes, o conhecimento sobre planejamento familiar e a participação em ações educativas sobre o planejamento familiar.

Ao serem questionadas sobre suas UBS de origem, 4 (22%) responderam ser da área de abrangência da UBS Nova esperança, 3 (16%) são da UBS Joaquim Gonçalves Ledo, UBS São Marcos havia 2 (11%), 2 (11%) da UBS Edmur José Marchioli, outras 2 (11%) da UBS Cristo Rei, 2 (11%) da UBS São Judas Tadeu, 1 (6%) da UBS Morada do Bosque, da UBS Habitar Brasil 1 (6%) e por fim 1 (6%) gestante da UBS do bairro Village do Sol.

Em relação ao conhecimento delas acerca do planejamento familiar e reprodutivo, 10 (56%) responderam saber o que é o planejamento familiar e reprodutivo e as outras 8 (44%) disseram não saber o que é o planejamento familiar e reprodutivo.

Em relação à participação em ações educativas sobre planejamento familiar em sua UBS de origem, 2 (11%) disseram já ter participado alguma vez dessas ações e 16 (89%) nunca participaram de ações educativas sobre o planejamento familiar.

Tabela 2 – Unidade Básica de Saúde de origem das gestantes, conhecimento sobre planejamento familiar e a participação em ações educativas sobre planejamento familiar. Cacoal/RO 2024.

Unidade básica de saúde	n	%
São Marcos	2	11
Nova Esperança	4	22
Edmur José Marchioli	2	11
Cristo Rei	2	11
Joaquim Gonçalves Ledo	3	16
Morada do Bosque	1	6
Habitar Brasil	1	6
São Judas Tadeu	2	11
Village do Sol	1	6
Conhecimento sobre planejamento familiar e reprodutivo	n	%
Sim	10	56
Não	8	44
Participação em ações educativas na UBS	n	%
Sim	2	11
Não	16	89

Fonte: Moutinho, Silva, Rossow e Romanholo (2024).

Ao serem questionadas sobre o uso de métodos contraceptivos antes da gestação atual, 11(56%) disseram fazer uso de algum método e 7 (39%) não faziam uso de nenhum método anticoncepcional e quando questionadas sobre o planejamento da gestação atual, 8 (44%) planejaram a gestação e 10 (55%) disseram não ter planejado a gestação (Tabela 3).

Tabela 3 – Gestantes que utilizavam métodos contraceptivos e o planejamento da gestação atual. Cacoal/RO 2024.

Uso de método contraceptivo antes da gestação atual	n	%
Sim	11	61
Não	7	39
Planejamento da gestação atual	n	%
Sim	8	44
Não	10	56

Fonte: Moutinho, Silva, Rossow e Romanholo (2024).

A tabela 4 evidencia o conhecimento das gestantes entrevistadas quanto aos métodos contraceptivos que são ofertados gratuitamente pelo SUS, pouco mais da metade das gestantes 10 (56%) relataram saber da distribuição dos anticoncepcionais orais, em relação aos anticoncepcionais injetáveis mensal e trimestral menos da metade 6 (33%) sabiam da distribuição pelo SUS, quando questionadas sobre os preservativos masculino e feminino a maioria 15 (83%) disseram saber de sua distribuição pelo SUS, com relação ao DIU e a laqueadura tubária 13 (72%) sabiam da oferta pelo SUS, sobre a vasectomia 5 (28%) das gestantes relataram

saber da realização pelo SUS, quando questionadas sobre o implanon apenas 2 (11%) sabiam da oferta pelo SUS e finalmente quando questionamos sobre a pílula do dia seguinte 8 (44%) disseram saber da oferta pelo SUS.

Tabela 4 – Métodos contraceptivos que as gestantes entrevistadas sabem que são disponibilizados pelo SUS. Cacoal/RO 2024.

Métodos contraceptivos	n	%
Anticoncepcional oral	10	56
Anticoncepcional injetável	6	33
Anticoncepcional injetável trimestral	6	33
Preservativo masculino e feminino	15	83
DIU	13	72
Laqueadura tubária	13	72
Vasectomia	5	28
Implanon	2	11
Pílula do dia seguinte	8	44

Moutinho, Silva, Rossow e Romanholo (2024).

DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo mostra uma visão abrangente sobre o perfil sociodemográfico das gestantes atendidas no HMMI no município de Cacoal/RO, bem como sobre o conhecimento dessas gestantes em relação ao planejamento familiar e o uso de métodos contraceptivos, elementos essenciais para o desenvolvimento de políticas de saúde reprodutiva mais eficazes.

A média de idade das gestantes foi de 26,5 anos, com um intervalo que varia entre 18 e 42 anos, o que reflete uma amostra predominantemente jovem, característica observada em estudos similares sobre saúde reprodutiva no Brasil (Sousa et al., 2023, p.12478 - 12483). A faixa etária jovem reforça a importância de ações educativas em planejamento familiar para esse grupo, dado que a fase reprodutiva ativa se concentra justamente nessa idade. Esses dados estão de acordo com outros estudos realizados em regiões similares, nos quais o início da maternidade tende a ocorrer em idades mais jovens. Conforme Melo, Soares e Silva, (2020 p. 181-188) a gestação em faixas etárias mais jovens pode apresentar maiores vulnerabilidades nos âmbitos biológicos, econômicos, epidemiológicos e sociais, refletindo também em uma prática sexual não segura.

Segundo o censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE 2022), na grande região norte do Brasil, 67,2% da população se autodeclara pardas, em consonância com o presente estudo que em relação à raça, 67% das gestantes se autodeclararam pardas. Isso ressalta a relevância de ações de planejamento familiar que considerem as especificidades culturais e sociais da população parda, que pode enfrentar desafios relacionados ao acesso à saúde e educação reprodutiva de qualidade.

Quanto ao estado civil, 50% das gestantes são casadas, enquanto 28% viviam em união estável. Esses dados refletem a estabilidade conjugal entre as participantes e podem influenciar na tomada de decisões relacionadas ao planejamento familiar e ao uso de contraceptivos. De acordo com estudos realizados por Pedro et al. (2021), firma-se a ideia de que um parceiro fixo com a gestante assegura-se um maior envolvimento com o planejamento reprodutivo, visto que decisões familiares sobre número de filhos e o espaçamento entre as gestações costumam ser decididas em conjunto, sendo um fator que oferece vantagens relativas à saúde psicológica e emocional, proporcionando melhor estrutura financeira familiar, que pode ser desfavorecida com a gestação e posteriormente com a chegada de um bebê.

A escolaridade também emerge como um fator relevante, com 50% das gestantes tendo completado o ensino médio e 17% o ensino superior. O nível educacional está diretamente relacionado à compreensão e ao acesso à informação sobre saúde reprodutiva, o que pode influenciar no uso de métodos contraceptivos e na participação em ações educativas sobre planejamento familiar. Entretanto, a presença de 11% de gestantes

com ensino fundamental incompleto sugere a necessidade de reforçar as campanhas educativas para alcançar segmentos com menor escolaridade, visto que esses grupos tendem a ter menor acesso a informações de saúde reprodutiva. O presente estudo mostra um cenário parecido com o estudo de Reis et al., (2020) que identificou que o nível educacional influencia diretamente na compreensão dos métodos contraceptivos usados, na busca de conhecimento e informações sobre o planejamento familiar, onde menor o nível de escolaridade, menor é a perspectiva do entendimento sobre a família e a importância da saúde reprodutiva.

No que diz respeito ao conhecimento sobre planejamento familiar, 56% das gestantes afirmaram saber o que é o planejamento familiar, enquanto 44% relataram desconhecimento sobre o tema. Esse dado indica uma lacuna importante no conhecimento reprodutivo, que pode ser agravada pela baixa participação das gestantes em ações educativas: apenas 11% das participantes já haviam participado de alguma atividade sobre planejamento familiar em suas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Segundo o Ministério da Saúde, os profissionais da saúde devem inteirar-se sobre as diferentes estruturas e dinâmicas familiares, buscando realizar ações educativas com abordagens que considerem os aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, entre outros, que desempenham papel fundamental na disseminação de informações sobre saúde reprodutiva e métodos contraceptivos (Brasil, 2013).

O Brasil possui uma das maiores taxas mundiais de gestações não planejadas, especialistas definem que isso é resultado de falhas na política de contracepção, como pouca oferta de métodos contraceptivos de longo prazo (Passarinho e Franco, 2018). Esse estudo comprova a realidade nacional, pois obteve como dado que 55% das gestações não foram planejadas, o que corrobora com o baixo nível de conhecimento e participação em ações de planejamento familiar. Esse fato é preocupante, pois gestações não planejadas estão associadas a maiores riscos de complicações durante a gestação e no período pós-parto, além de representarem um desafio socioeconômico para muitas famílias (Almeida et al., 2020. p. 31173 - 31183).

Em relação ao uso de métodos contraceptivos antes da gestação atual, 56% das gestantes relataram utilizar algum método, enquanto 39% não faziam uso de contraceptivos. Esses números, associados ao alto percentual de gestações não planejadas, evidenciam a necessidade de reforçar a educação sobre a importância do uso contínuo de métodos contraceptivos, especialmente entre aquelas que não desejam engravidar no momento, a educação em uso de anticoncepção pressupõe oferta de informações, de aconselhamento, de acompanhamento clínico e de um leque de métodos e técnicas anticoncepcionais, cientificamente aceitos, que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, em um contexto de escolha livre e informada, oferecendo diferentes opções de métodos anticoncepcionais para todas as etapas da vida reprodutiva, de modo que as pessoas tenham a possibilidade de escolher o método mais apropriado às suas necessidades e circunstâncias de vida (Brasil, 2013).

Sobre o conhecimento das gestantes em relação aos métodos contraceptivos oferecidos pelo SUS, observa-se que a maioria conhece a oferta de preservativos masculinos e femininos (83%), DIU e laqueadura tubária (72%). Contudo, o conhecimento sobre outros métodos como anticoncepcionais orais (56%), injetáveis (33%) e vasectomia (28%) é limitado, e apenas 11% sabiam sobre a oferta do Implanon, um método contraceptivo de longa duração. De acordo com Silva e Costa (2023), essa discrepância indica uma falha na comunicação entre os serviços de saúde e as gestantes, uma vez que o SUS oferece uma ampla gama de métodos contraceptivos de forma gratuita, no entanto nem todos esses métodos são facilmente obtidos em razão de desabastecimento e dificuldades no acesso, e alguns exigem características específicas para ser disponibilizados, como idade e que já tenham filhos vivos, deixando um grande grupo de mulheres descobertas pela assistência.

O pouco conhecimento sobre planejamento familiar, é atribuído por algumas gestantes como a falta de informações nas UBS, onde pode ser observado na fala da participante 13, onde diz *“Ao invés de usarem quadros apenas para decorar, deviam colocar cartazes informativos sobre terem contraceptivos gratuitos e como conseguir”*, a participante 17 diz *“As consultas de pré-natal são rápidas e com poucas informações”*.

Finalmente, a baixa participação das gestantes em ações educativas e o desconhecimento sobre a oferta de métodos contraceptivos modernos sugerem a necessidade de estratégias mais eficazes de comunicação e educação em saúde. O aumento da disponibilidade de materiais educativos, campanhas de conscientização e a capacitação de profissionais de saúde para abordagens mais abrangentes e personalizadas são medidas que podem ser adotadas para melhorar o acesso das mulheres a informações sobre saúde reprodutiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que é imprescindível intensificar as iniciativas de educação em saúde nas UBS, qualificando os profissionais para oferecer um acompanhamento mais abrangente e individual sobre o planejamento fa-

miliar e a oferta de programa educativo contínuo associado a uma comunicação mais eficaz pode aumentar o entendimento da população sobre os métodos contraceptivos que contribui para autonomia das mulheres fortalecendo seus projetos de vida.

Este estudo mostrou que grande parte das mulheres conhecem os meios do planejamento familiar, porém não utilizam do serviço por não saber a importância e os benefícios que traz para a saúde materno infantil.

Sugere-se aos serviços de rede primária a divulgação dos serviços oferecidos, por meio de cartazes informativos, campanhas e ações educativas e marketing nas redes sociais são alguns exemplos citados pelas pesquisadas. Além de salientar os riscos e benefícios do uso dos métodos contraceptivos e, conseqüentemente, reduzir o número de gestações não planejadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mayra Martins Ribeiro, et al. Fatores associados a gravidez não planejada entre gestantes de alto risco do HMIB. **Brazilian Journal of Development**, Brasília - DF, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10677/9012> Acesso em: 17 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº 26. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. CAPÍTULO 10. Brasília - DF 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica, nº 26. **Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva**. CAPÍTULO 03. Brasília - DF 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexual_saude_reprodutiva.pdf Acesso em: 16 set. 2024.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Nº 14.443, de 2 de setembro de 2022. 1996. altera a lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Acesso em: 12/09/2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n14.443-de-2-de-setembro-de-2022-426936016>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama do Censo 2022: cor ou raça**. Rio de Janeiro - RJ 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal Acesso: em 15 de set. 2024.

LUZ, Amanda Letícia Rodrigues.; BARROS, Lissandra de Sousa Rocha.; BRANCO, Alessandra Camilo da Silveira Castello. Métodos Contraceptivos: Principais Riscos e Efeitos Adversos. **Revista de Casos e Consultorias**, Rio Grande do Norte, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/24112/13923> Acesso em: 12 mar. 2024.

MELO, Mariana Martins de.; SOARES, Maurícia Brochado Oliveira.; SILVA, Sueli Riul da. Fatores que influenciam a adesão de gestantes adolescentes às práticas recomendadas na assistência pré-natal. **Cadernos Saúde Coletiva**, Uberaba - MG, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/gvCDsCDP-TXBWknSdStrjL5y/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 16 set. 2024.

REIS, Angélica Cancio dos, et al. Planejamento Familiar: o conhecimento da mulher atendida no Sistema Único de Saúde sobre a saúde reprodutiva. **Research, Society and Development**, Rio de Janeiro - RJ, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5459/4930> Acesso em: 17 set. 2024.

PASSARINHO, Nathalia.; FRANCO, Luiza. Com 55% de gestações não planejadas, Brasil falha na oferta de contracepção eficaz. **BBC News Brasil**, São Paulo - SP, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44549368> Acesso em: 17 set. 2024.

PEDRO, Camilla Barbosa, et al. Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. **Escola Anna Nery**, vol: 28, Foz do Iguaçu - PR, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/5Zsym-DyKJxPnyLQn5XkwRFB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 18 set. 2024.



SILVA, Juliana de Moraes.; COSTA, Victória Menezes da. Educação médica, conhecimento e adesão ao uso de LARCS entre acadêmicas de medicina em Belém-PA. **BDM Biblioteca Digital de Monografias Universidade Federal do Pará**, Belém - PA, 2023. Disponível em: https://bdm.ufpa.br/bitstream/prefix/7016/1/TCC_EducacaoMedicaConhecimento.pdf Acesso em: 18 set. 2024.

SILVA, Karla Rona da, et al. Planejamento familiar: importância das práticas educativas em saúde para jovens e adolescentes na Atenção Básica. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. Brasília - DF, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/3428> Acesso em: 15 mar. 2024.

SOLO, Julie.; FESTIN, Mario. Provider Bias in Family Planning Services: A Review of Its Meaning and Manifestations. **Global Health: Science and Practice**. 2019. Disponível em: <https://www.ghspjournal.org/content/ghsp/7/3/371.full.pdf> Acesso em 22 mar. 2024.

SOUSA, Rebeca Apolinário, et al. Realização do papanicolau durante o pré-natal: Perfil das gestantes atendidas em uma unidade docente assistencial. **Saúde coletiva**. Alagoas, 2023. Disponível em: <https://www.revistasaudecoletiva.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1900/3650> Acesso em: 17 de set. 2024.